



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

TARDE

AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

Texto 1 – Surpreendente "creche" de dinossauros é descoberta em sítio na Bolívia [adaptado]

Na região de Tarija, cerca de 350 pegadas possibilitaram a cientistas criar hipóteses sobre o comportamento da megafauna; mas registros correm risco de ser perdidos

Por Redação Galileu

28/03/2023

Um grupo de pesquisadores descobriu, na região de Tarija, no sul da Bolívia, um sítio paleontológico que pode guardar os registros mais antigos de dinossauros em toda a América do Sul. A "creche", como foi apelidada, provavelmente serviu de rota migratória há 150 milhões de anos e guarda pegadas de indivíduos jovens e adultos. Os resultados do estudo foram publicados em julho na revista *Historical Biology*.

O achado traz nova complexidade ao acervo fóssil do país, que agora conta com mais 350 peças paleontológicas para ser avaliadas, além de acender um alerta para os deslizamentos de terra na região. Esses eventos catastróficos podem provocar o desaparecimento ou o atraso de novas descobertas sobre a antiga fauna.

Viagem no tempo

A partir da avaliação da região e dos fósseis encontrados, os especialistas garantem que o registro retrata a transferência de um grande grupo. Eles trabalham com o cenário de que dois saurópodes adultos (do tipo brontossauro) conduziram centenas de seus filhotes ao longo do trajeto, em um comportamento de rebanho e proteção dos jovens.

Ainda foram identificados no espaço dois ornitópodes (especificamente, iguanodontes) e um terópode (do tipo tiranossauro), que também parecem ter feito o caminho juntos. Essa trilha parece ter seu início no sul do Peru, passando pelo centro da Bolívia e chegando até o norte da Argentina.

Até agora, o país só tinha registros do início e do fim da era desses répteis gigantes. "Com essa descoberta, a Bolívia passa a ter um sítio com pegadas de dinossauros dos três períodos: Triássico, Jurássico e Cretáceo", afirma Sebastián Apesteguía, um dos autores do estudo, em entrevista ao jornal espanhol *El País*.

O artigo descreve as pegadas dos saurópodes adultos como arredondadas e semelhantes às de elefantes, com 75 a 95 centímetros de diâmetro. Com base nisso, os cientistas calcularam que seus quadris estariam quase quatro metros acima do solo, seus corpos teriam cerca de 20 metros de comprimento do nariz à cauda e seriam capazes de caminhar em uma velocidade média de 5 km/h. Por outro lado, as pegadas dos jovens dinossauros medem entre 15 e 30 centímetros de diâmetro.

Embora os investigadores avisem que não há garantia absoluta de que os saurópodes viajavam em rebanho, eles defendem que as provas apontam para isso. Se a migração fosse individual ou de um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados dentro ou sobrepostos aos maiores, não ao seu lado.

[...]

Risco de perda

A descoberta do sítio foi inesperada e aconteceu logo após chuvas torrenciais na primavera de 2019, que resultaram em deslizamentos de terra às margens do rio Santa Ana, perto da cidade de Entre Ríos. Mas, da mesma forma como foram encontrados, esses fósseis podem ser perdidos.

Devido a novos deslizamentos de terra na região, os cientistas buscam apoio das autoridades locais para assumir medidas de proteção ao sítio e às pegadas. "É impossível proteger os fósseis construindo uma estrutura inteira na bacia hidrográfica. O que deve ser feito agora é a digitalização das impressões. Tarija é um patrimônio e os mais incríveis fósseis de sua megafauna estão espalhados pelo mundo em exposições de destaque", destaca Apesteguía.

Méndez Torres, outro autor do estudo, acrescenta que a falta de cultura científica contribui para o problema de gestão. "Em lugares onde há achados do Quaternário, as pessoas dançam sobre os fósseis porque há setores onde é totalmente impossível [mover-se] sem pisar em um disco", pontua. "Mastodontes, gliptodontes, preguiças e inúmeros outros espécimes são totalmente abandonados, mesmo em locais onde há placas alertando para multas por retirada de fósseis sem autorização. Com meus próprios olhos, vi como um amador pegou dez moedas, pagou a multa e as levou embora. Infelizmente, é isso que vivemos na Bolívia."

Enquanto ocorrem esses entraves na busca por uma solução, os fósseis seguem desprotegidos. Em 2020, por exemplo, os cientistas contam que um deslizamento levou à perda de mais de 30 pegadas. Na ocasião, mesmo frente a pedidos feitos pela comunidade paleontológica, as autoridades responsáveis por retirar os blocos das estradas simplesmente os levaram embora, sem tomar os devidos cuidados de recuperação e armazenamento desse material.

Disponível em:

revistagalileu.globo.com/ciencia/noticia/surpreendente-creche-de-dinossauros-e-descoberta-em-sitio-na-bolivia

1

A notícia jornalística é um gênero predominantemente narrativo, ao passo que o artigo científico é um gênero predominantemente expositivo. Por ser uma notícia de divulgação científica, o texto 1 mescla esses dois modos de organização.

A alternativa que apresenta, respectivamente, uma sequência narrativa e uma sequência expositiva do texto 1 é:

- (A) “Um grupo de pesquisadores descobriu, na região de Tarija, no sul da Bolívia, um sítio paleontológico que pode guardar os registros mais antigos de dinossauros em toda a América do Sul.” (Texto 1, 1º parágrafo) / “Por outro lado, as pegadas dos jovens dinossauros medem entre 15 e 30 centímetros de diâmetro.” (Texto 1, 6º parágrafo);
- (B) “Essa trilha parece ter seu início no sul do Peru, passando pelo centro da Bolívia e chegando até o norte da Argentina.” (Texto 1, 4º parágrafo) / “Os resultados do estudo foram publicados em julho na revista *Historical Biology*” (Texto 1, 1º parágrafo);
- (C) “A ‘creche’, como foi apelidada, provavelmente serviu de rota migratória há 150 milhões de anos [...]” (Texto 1, 1º parágrafo) / “Com meus próprios olhos, vi como um amador pegou dez moedas, pagou a multa e as levou embora.” (Texto 1, 10º parágrafo);
- (D) “O artigo descreve as pegadas dos saurópodes adultos como arredondadas e semelhantes às de elefantes [...]” (Texto 1, 6º parágrafo) / “Se a migração fosse individual ou de um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados dentro ou sobrepostos aos maiores [...]” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (E) “Na ocasião, mesmo frente a pedidos feitos pela comunidade paleontológica, as autoridades responsáveis por retirar os blocos das estradas simplesmente os levaram embora [...]” (Texto 1, 11º parágrafo) / “Esses eventos catastróficos podem provocar o desaparecimento ou o atraso de novas descobertas sobre a antiga fauna.” (Texto 1, 2º parágrafo).

2

“É impossível proteger os fósseis construindo uma estrutura inteira na bacia hidrográfica. O que deve ser feito agora é a digitalização das impressões. Tarija é um patrimônio e os mais incríveis fósseis de sua megafauna estão espalhados pelo mundo em exposições de destaque”, destaca Apesteguía.” (Texto 1, 9º parágrafo)

Embora os modos de organização predominantes no texto 1 sejam a narração e a exposição, a passagem acima, localizada no 9º parágrafo, tem caráter argumentativo.

Em relação à estrutura interna dessa passagem, é correto afirmar que seus três períodos correspondem, respectivamente, aos seguintes elementos da argumentação:

- (A) tese, tese e argumento;
- (B) tese, argumento e argumento;
- (C) argumento, tese e argumento;
- (D) argumento, argumento e tese;
- (E) argumento, tese e tese.

3

“Surpreendente ‘creche’ de dinossauros é descoberta em sítio na Bolívia” (Texto 1, Título)

A “‘creche’ de dinossauros” referida no título do texto 1 é um sítio paleontológico recém-descoberto.

A passagem do texto que explica por que esse sítio foi apelidado de “creche” é:

- (A) “Um grupo de pesquisadores descobriu, na região de Tarija, no sul da Bolívia, um sítio paleontológico que pode guardar os registros mais antigos de dinossauros em toda a América do Sul.” (Texto 1, 1º parágrafo);
- (B) “Eles trabalham com o cenário de que dois saurópodes adultos (do tipo brontossauro) conduziram centenas de seus filhotes ao longo do trajeto, em um comportamento de rebanho e proteção dos jovens.” (Texto 1, 3º parágrafo);
- (C) “Até agora, o país só tinha registros do início e do fim da era desses répteis gigantes.” (Texto 1, 5º parágrafo);
- (D) “Mas, da mesma forma como foram encontrados, esses fósseis podem ser perdidos.” (Texto 1, 8º parágrafo);
- (E) “Devido a novos deslizamentos de terra na região, os cientistas buscam apoio das autoridades locais para assumir medidas de proteção ao sítio e às pegadas.” (Texto 1, 9º parágrafo).

4

O texto 1 contém duas passagens que veiculam informações mutuamente incompatíveis, o que gera um problema de coerência interna.

Essas duas passagens estão corretamente identificadas em:

- (A) “O achado traz nova complexidade ao acervo fóssil do país [...]” (Texto 1, 2º parágrafo) / “Esses eventos catastróficos podem provocar o desaparecimento ou o atraso de novas descobertas sobre a antiga fauna.” (Texto 1, 2º parágrafo);
- (B) “[...] os especialistas garantem que o registro retrata a transferência de um grande grupo.” (Texto 1, 3º parágrafo) / “Embora os investigadores avisem que não há garantia absoluta de que os saurópodes viajavam em rebanho, eles defendem que as provas apontam para isso.” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (C) “Até agora, o país só tinha registros do início e do fim da era desses répteis gigantes.” (Texto 1, 5º parágrafo) / “O artigo descreve as pegadas dos saurópodes adultos como arredondadas e semelhantes às de elefantes [...]” (Texto 1, 6º parágrafo);
- (D) “A descoberta do sítio foi inesperada e aconteceu logo após chuvas torrenciais na primavera de 2019 [...]” (Texto 1, 8º parágrafo) / “Mas, da mesma forma como foram encontrados, esses fósseis podem ser perdidos.” (Texto 1, 8º parágrafo);
- (E) “Devido a novos deslizamentos de terra na região, os cientistas buscam apoio das autoridades locais para assumir medidas de proteção ao sítio e às pegadas.” (Texto 1, 9º parágrafo) / “Méndez Torres, outro autor do estudo, acrescenta que a falta de cultura científica contribui para o problema de gestão.” (Texto 1, 10º parágrafo).

5

Como a ciência lida com o desconhecido, textos sobre temas científicos tendem a apresentar elementos que reduzem o grau de certeza do enunciador em relação às informações veiculadas.

A única passagem em que o(s) elemento(s) sublinhado(s) NÃO desempenha(m) essa função é:

- (A) “Um grupo de pesquisadores descobriu, na região de Tarija, no sul da Bolívia, um sítio paleontológico que pode guardar os registros mais antigos de dinossauros em toda a América do Sul.” (Texto 1, 1º parágrafo);
- (B) “A ‘creche’, como foi apelidada, provavelmente serviu de rota migratória há 150 milhões de anos e guarda pegadas de indivíduos jovens e adultos.” (Texto 1, 1º parágrafo);
- (C) “Ainda foram identificados no espaço dois ornitópodes (especificamente, iguanodontes) e um terópode (do tipo tiranossauro) na região, que também parecem ter feito o caminho juntos.” (Texto 1, 4º parágrafo);
- (D) “Com essa descoberta, a Bolívia passa a ter um sítio com pegadas de dinossauros dos três períodos: Triássico, Jurássico e Cretáceo’ [...]” (Texto 1, 5º parágrafo);
- (E) “Com base nisso, os cientistas calcularam que seus quadris estariam quase quatro metros acima do solo [...]” (Texto 1, 6º parágrafo).

6

“Surpreendente ‘creche’ de dinossauros é descoberta em sítio na Bolívia” (Texto 1, Título)

Por ser uma notícia de divulgação científica, o texto 1 apresenta, predominantemente, a função referencial da linguagem.

Na passagem acima, no entanto, a palavra sublinhada revela a presença da função:

- (A) emotiva;
- (B) conativa;
- (C) poética;
- (D) metalinguística;
- (E) fática.

7

“Devido a novos deslizamentos de terra na região, os cientistas buscam apoio das autoridades locais para assumir medidas de proteção ao sítio e às pegadas.” (Texto 1, 9º parágrafo)

A alternativa em que a preposição “com” veicula significado idêntico ao da locução “devido a” na passagem acima é:

- (A) “O achado traz nova complexidade ao acervo fóssil do país, que agora conta com mais 350 peças paleontológicas para ser avaliadas [...]” (Texto 1, 2º parágrafo);
- (B) “Eles trabalham com o cenário de que dois saurópodes adultos (do tipo brontossauro) conduziram centenas de seus filhotes ao longo do trajeto [...]” (Texto 1, 3º parágrafo);
- (C) “Com essa descoberta, a Bolívia passa a ter um sítio com pegadas de dinossauros dos três períodos: Triássico, Jurássico e Cretáceo’ [...]” (Texto 1, 5º parágrafo);
- (D) “O artigo descreve as pegadas dos saurópodes adultos como arredondadas e semelhantes às de elefantes, com 75 a 95 centímetros de diâmetro.” (Texto 1, 6º parágrafo);
- (E) “Com meus próprios olhos, vi como um amador pegou dez moedas, pagou a multa e as levou embora.” (Texto 1, 10º parágrafo).

8

“Ainda foram identificados no espaço dois ornitópodes (especificamente, iguanodontes) e um terópode (do tipo tiranossauro) [...]” (Texto 1, 4º parágrafo)

A palavra “ainda” tem múltiplos significados. A alternativa em que esse elemento é usado com significado idêntico ao que ele apresenta na passagem acima é:

- (A) Você acredita que a Catarina ainda não conseguiu vender aquele carro?;
- (B) A polícia prendeu dois suspeitos e ainda localizou um terceiro;
- (C) Ainda que ele insista muito, não vou ceder;
- (D) Eu ainda vou ganhar desse cara!;
- (E) Não sei dizer para onde ela foi, mas juro que ela estava aqui ainda agora.

9

Todas as alternativas a seguir têm a mesma estrutura: à esquerda, há uma passagem do texto 1; à direita, há uma proposta de reescritura dessa mesma passagem.

A alternativa em que essa reescritura acarreta redução do grau de formalidade em relação ao texto original é:

- (A) “Um grupo de pesquisadores descobriu, na região de Tarija, no sul da Bolívia, um sítio paleontológico [...]” (Texto 1, 1º parágrafo) > Um grupo de pesquisadores identificou, na região de Tarija, no sul da Bolívia, um sítio paleontológico.
- (B) “A ‘creche’, como foi apelidada, provavelmente serviu de rota migratória há 150 milhões de anos [...]” (Texto 1, 1º parágrafo) > É provável que a creche, como foi apelidada, tenha servido de rota migratória há 150 milhões de anos.
- (C) “Até agora, o país só tinha registros do início e do fim da era desses répteis gigantes.” (Texto 1, 5º parágrafo) > Até agora, no país só tinha registros do início e do fim da era desses répteis gigantes.
- (D) “Mastodontes, gliptodontes, preguiças e inúmeros outros espécimes são totalmente abandonados, mesmo em locais onde há placas alertando para multas [...]” (Texto 1, 10º parágrafo) > Mastodontes, gliptodontes, preguiças e inúmeros outros espécimes são totalmente abandonados, mesmo em locais nos quais há placas alertando para multas.
- (E) “[...] as autoridades [...] simplesmente os levaram embora, sem tomar os devidos cuidados [...]” (Texto 1, 11º parágrafo) > As autoridades simplesmente os levaram embora, sem que tivessem tomado os devidos cuidados.

10

“Em 2020, por exemplo, os cientistas contam que um deslizamento levou à perda de mais de 30 pegadas.” (Texto 1, 11º parágrafo)

No fragmento acima, a posição do elemento “Em 2020” gera ambiguidade não intencional. Para eliminá-la, o texto deve ser reorganizado.

Dentre as alternativas abaixo, a única que elimina a ambiguidade indesejada e, ao mesmo tempo, expressa adequadamente o significado pretendido com a passagem original é:

- (A) Os cientistas contam que, em 2020, por exemplo, um deslizamento levou à perda de mais de 30 pegadas;
- (B) Os cientistas, por exemplo, contam que um deslizamento levou, em 2020, à perda de mais de 30 pegadas;
- (C) Por exemplo, em 2020, os cientistas contam que um deslizamento levou à perda de mais de 30 pegadas;
- (D) Os cientistas, em 2020, por exemplo, contam que um deslizamento levou à perda de mais de 30 pegadas;
- (E) Os cientistas contam que, em 2020, um deslizamento levou, por exemplo, à perda de mais de 30 pegadas.

11

“A ‘creche’, como foi apelidada, provavelmente serviu de rota migratória há 150 milhões de anos e guarda pegadas de indivíduos jovens e adultos.” (Texto 1, 1º parágrafo)

Na passagem acima, a palavra “adultos” pode ser associada a duas classes gramaticais diferentes. São elas:

- (A) adjetivo e advérbio;
- (B) substantivo e adjunto;
- (C) substantivo e adjetivo;
- (D) pronome e adjetivo;
- (E) pronome e advérbio.

12

“Se a migração fosse individual ou de um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados dentro ou sobrepostos aos maiores, não ao seu lado.” (Texto 1, 7º parágrafo)

De acordo com a norma padrão do português, a passagem acima apresenta um erro relativo ao uso das preposições.

A alternativa em que esse erro está corrigido é:

- (A) Se a migração fora individual ou de um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados dentro ou sobrepostos aos maiores, não ao seu lado;
- (B) Se a migração fosse individual ou referente a um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados dentro ou sobrepostos aos maiores, não ao seu lado;
- (C) Se a migração fosse individual ou de um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados ou dentro ou sobrepostos aos maiores, não do seu lado;
- (D) Se a migração fosse individual ou de um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados dentro dos maiores ou sobrepostos a eles, não ao seu lado;
- (E) Se a migração fosse individual ou de um agrupamento menor, os rastros dos indivíduos mais jovens seriam encontrados dentro ou sobrepostos dos maiores, não ao seu lado.

13

“[...] as pessoas dançam sobre os fósseis porque há setores onde é totalmente impossível [*mover-se*] sem pisar em um disco’ [...]” (Texto 1, 10º parágrafo)

A reescritura da passagem acima que produz desvio em relação à norma padrão é:

- (A) Porque há setores em que é totalmente impossível [*mover-se*] sem pisar em um disco, as pessoas dançam sobre os fósseis;
- (B) As pessoas dançam sobre os fósseis porque existe setores onde é totalmente impossível [*mover-se*] sem pisar em um disco;
- (C) As pessoas dançam sobre os fósseis porque há setores nos quais é totalmente impossível [*mover-se*] sem pisar em um disco;
- (D) Como há setores onde é totalmente impossível [*mover-se*] sem pisar em um disco, as pessoas dançam sobre os fósseis;
- (E) As pessoas dançam sobre os fósseis porque há setores onde é completamente impossível [*mover-se*] sem que se pise em um disco.

14

As alternativas abaixo são reescrituras de diferentes passagens do texto 1. O único caso em que a reescritura acarretou erro quanto ao uso do acento grave é:

- (A) Essa trilha parece ter seu início no sul do Peru, passando pelo centro da Bolívia e chegando à região norte da Argentina;
- (B) O artigo descreve as pegadas dos saurópodes adultos como arredondadas e semelhantes a pegadas de elefantes;
- (C) Os cientistas calcularam que os corpos dos animais teriam cerca de 20 metros de comprimento do nariz até à cauda;
- (D) Mesmo frente à requisições feitas pela comunidade paleontológica, as autoridades os levaram embora;
- (E) As autoridades não tomaram os devidos cuidados no que se refere à recuperação e armazenamento desse material.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

15

Sejam x e y números tais que $6y - x = 18$. O número de valores inteiros de x , maiores do que zero e menores do que 2024, para os quais os valores correspondentes de y também são inteiros é:

- (A) 331;
- (B) 333;
- (C) 335;
- (D) 337;
- (E) 339.

16

Considere todas as sequências de 6 letras, que podem ser formadas com as letras da palavra BRASIL sem repeti-las.

Dessas sequências, seja N o número daquelas nas quais tanto as vogais como as consoantes aparecem na ordem alfabética (isto é, vogais na ordem A, I e consoantes na ordem B, L, R, S). Nem as vogais nem as consoantes precisam estar juntas.

O valor de N é:

- (A) 720;
- (B) 360;
- (C) 120;
- (D) 30;
- (E) 15.

17

O entrevistador da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) está fazendo a entrevista com o sr. João:

Entrevistador: Quantos filhos maiores de 18 anos o senhor tem?

Sr. João: Três.

Entrevistador: Todos trabalham?

Sr. João: Não.

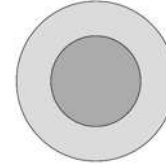
A partir do diálogo acima é correto concluir que:

- (A) nenhum dos filhos de João trabalha;
- (B) os três filhos de João estudam;
- (C) pelo menos um filho de João estuda;
- (D) pelo menos um filho de João não trabalha;
- (E) apenas um filho de João não trabalha.

18

Em uma empresa 40% dos funcionários trabalham na sede e os demais, nas filiais. Para representar visualmente essa informação, a empresa fez o infográfico a seguir. A figura mostra duas circunferências concêntricas, sendo que as áreas da região interna e do anel externo são respectivamente proporcionais aos números de funcionários que trabalham na sede e nas filiais.

O raio da circunferência interna mede 4 cm.



A medida, em centímetros, do raio da circunferência externa é:

- (A) $4\sqrt{2}$;
- (B) $4\sqrt{3}$;
- (C) $3\sqrt{5}$;
- (D) $3\sqrt{6}$;
- (E) $2\sqrt{10}$.

19

É dado um retângulo ABCD com $AB = 6$ e $BC = 4$. Duas circunferências de mesmo raio estão no interior desse retângulo. Uma é tangente aos lados DA e DC e outra é tangente aos lados BA e BC. A distância entre os centros dessas circunferências é igual a 4.

O diâmetro de cada circunferência mede:

- (A) $4 - \sqrt{2}$;
- (B) $4 - \sqrt{3}$;
- (C) $5 - \sqrt{5}$;
- (D) $5 - \sqrt{7}$;
- (E) $6 - \sqrt{10}$.

20

Considere o ponto $P(4, 1)$ do plano cartesiano.

Dos pontos abaixo, o mais distante do ponto P é:

- (A) (5, 2);
- (B) (2, 2);
- (C) (6, -1);
- (D) (1, 0);
- (E) (7, 1).

Legislação Específica Aplicável

21

Maria, servidora de determinado setor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, teve conhecimento de que servidor vinculado a setor diverso teria infringido o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Ao comentar o ocorrido com uma amiga, sem mencionar o nome do envolvido, foi dito a Maria que ela deveria “denunciar” o ocorrido.

À luz da sistemática estabelecida no referido Código, é correto afirmar que:

- (A) a “denúncia”, sem correlação funcional, importará na prática de infração ética por Maria;
- (B) a orientação da amiga de Maria está certa, de modo que ela tem o dever de “denunciar”;
- (C) Maria somente deve “denunciar” o ocorrido caso a infração praticada pelo seu colega esteja relacionada ao exercício das funções dela;
- (D) a obrigação de serem adotadas práticas restaurativas impõe a Maria o dever de procurar seu colega e orientá-lo a corrigir o seu comportamento;
- (E) o dever de Maria “denunciar” só estará presente caso, no organograma do Tribunal de Contas, ocupe posição superior à do colega, ainda que não haja subordinação entre ambos.

22

Pedro, ordenador de despesas, foi informado de que suas contas tinham sido consideradas “ilíquidáveis”, por decisão do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno desse Tribunal, é correto afirmar que:

- (A) foi comprovado caso fortuito ou força maior que impede sua prestação;
- (B) o processo foi extinto em caráter definitivo, considerando a irreversibilidade da situação;
- (C) as contas foram instruídas de maneira deficiente, o que impõe o cumprimento de diligências por Pedro;
- (D) o processo deve ser suspenso, com a publicação de editais para a oferta de elementos de convicção pelos interessados;
- (E) deve ser instaurada tomada de contas especial para a colheita dos elementos necessários à apreciação das contas.

23

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito de determinada estrutura orgânica do Estado da Bahia, foi preso sob a acusação de ter desviado recursos públicos. Por estar privado de sua liberdade, não apresentou suas contas ao Tribunal de Contas no prazo devido.

À luz dessa narrativa e da sistemática estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade administrativa competente deve instaurar tomada de contas no prazo legal;
- (B) o prazo para apresentação das contas está suspenso, sendo retomado assim que Pedro deixar o estabelecimento prisional;
- (C) o Tribunal de Contas deve instaurar tomada de contas, delegando o seu cumprimento aos órgãos de controle interno;
- (D) a interrupção do prazo para apresentação das contas em razão da prisão de Pedro ocorreu, devendo ser reiniciado após a sua libertação;
- (E) o Tribunal de Contas, assim que exaurido o prazo para a prestação de contas, deve determinar que a autoridade administrativa competente proceda à tomada de contas.

24

Durante o julgamento das contas de Maria, que teria praticado atos irregulares na gestão do dinheiro público, foi alvitrado, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que lhe fosse aplicada a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar estadual nº 5, de 4 de dezembro de 1991, é correto afirmar que a referida pena:

- (A) não está prevista na legislação estadual;
- (B) somente pode ser aplicada caso Maria seja servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo;
- (C) pode ser aplicada, cumulativamente, ou não, com outras sanções, por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal de Contas;
- (D) está abrangida pela sanção de inelegibilidade, prevista na legislação federal, não podendo ser acrescida ou suprimida pelo Tribunal de Contas;
- (E) é efeito necessário de eventual condenação, pelo Tribunal de Contas, do responsável por atos irregulares ou em débito, somente podendo ser excluída pelo voto da maioria absoluta.

25

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ao apreciar as contas de João, que atuara como ordenador de despesas, concluiu que alguns recursos foram aplicados de maneira irregular, sem comprovação adequada das despesas realizadas. Por tal razão, realizou imputação de débito a João e lhe aplicou multa.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar estadual nº 5, de 4 de dezembro de 1991, é correto afirmar que a referida multa:

- (A) deve ser necessariamente cobrada, independentemente do seu valor, e está integrada a título executivo extrajudicial, o que decorre do princípio da indisponibilidade do interesse público;
- (B) pode deixar de ser cobrada por critérios de conveniência e oportunidade do Tribunal de Contas, devendo o respectivo motivo ser declinado em decisão fundamentada;
- (C) pode deixar de ser cobrada, caso se considere que a relação custo-benefício, mediante decisão fundamentada, não justifique a respectiva cobrança;
- (D) somente pode deixar de ser cobrada pelo voto da maioria de 2/3 dos membros do Tribunal de Contas;
- (E) pode deixar de ser cobrada apenas se o seu valor for igual ou inferior a uma UPF-BA.

Conhecimentos Específicos

Controle Externo

26

O Tribunal de Contas do Estado Alfa se notabilizou pelo elevado nível de eficiência em sua atuação funcional e pela regular observância dos direitos dos jurisdicionados.

Após sua auditoria atuar no âmbito da Administração Pública direta da esfera do governo na qual desenvolvia sua atuação funcional, o Tribunal, em observância à NBASP 12, decidiu, corretamente, que a referida auditoria deve:

- (A) levar em consideração, para a elaboração do relatório preliminar que será publicizado, as considerações do auditado;
- (B) permitir o acompanhamento do auditado, mas sem lhe cientificar dos achados em momento anterior à publicização do relatório final;
- (C) assegurar o sigilo dos elementos colhidos e dos achados identificados, inclusive em relação ao auditado, até a publicização do relatório preliminar;
- (D) assumir caráter público, sem qualquer exceção, de modo que o auditado e qualquer interessado possam acompanhar o seu desenvolvimento, apenas assegurando-se o sigilo dos achados;
- (E) ter o relatório preliminar franqueado ao auditado antes que seja tornado público, podendo inclusive tomar conhecimento dos achados, desde que isso não prejudique o objetivo da fiscalização.

27

Joana, estudiosa das denominadas “Entidades de Fiscalização Superior”, entende que os princípios da Declaração de Moscou, de 2019 (XXIII Incosai), devem direcionar a atuação dos nossos Tribunais de Contas em suas relações com as demais estruturas estatais de poder.

Com base na premissa anterior, ao analisar o instituto da recomendação, Joana concluiu, corretamente, que:

- (A) deve ser ampliada a previsão de recomendações, baseadas em auditorias, a questões importantes e estratégicas do Poder Legislativo, do governo e da administração pública;
- (B) os Tribunais de Contas devem manter postos avançados, no âmbito de todas as estruturas estatais de poder, de modo a estreitar relações institucionais e a facilitar o fluxo de informações;
- (C) a relação mantida pelos Tribunais de Contas deve ser puramente protocolar, somente avançando em assuntos afetos a outras estruturas, fora dos feitos que aprecie, quando expressamente solicitado;
- (D) os resultados das auditorias devem ser mantidos sob sigilo, mas os Tribunais de Contas devem elaborar “sínteses informativas”, que devem ser comunicadas aos jurisdicionados e direcionar os seus julgamentos;
- (E) os Tribunais de Contas devem disponibilizar os resultados das auditorias, mas não devem interferir, ainda que no plano puramente provocativo, nos juízos de valor realizados pelas demais estruturas, de modo a preservar sua imparcialidade.

28

Maria, presidente do Tribunal de Contas do Estado Alfa, logo após a assunção do cargo, estabeleceu diretrizes para o cumprimento das demandas oriundas da Assembleia Legislativa, para fins de realização de auditorias específicas, o que fez com estrita observância dos balizamentos estabelecidos pela NBASP (Declaração do México), indicativo de que:

- (A) não devem ser aceitas interferências na forma de comunicar os resultados;
- (B) não devem ser atendidas demandas, quaisquer que sejam, que, ao ver do Tribunal de Contas, não sejam consentâneas com o interesse público;
- (C) deve ser buscada a atuação conjunta com o órgão solicitante, com processo decisório partilhado, de modo a assegurar a consecução dos objetivos almejados;
- (D) devem ser devidamente recebidas e consideradas as sugestões em relação às ferramentas a serem utilizadas, cabendo ao Tribunal de Contas a decisão final;
- (E) devem ser recepcionadas as indicações realizadas para a formação da equipe externa, o que não pode afetar o comando da auditoria pelo Tribunal de Contas.

29

Um órgão da Administração Pública direta, sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado Beta, realizou licitação para a contratação de determinada obra pública, com base nos balizamentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Ocorre que foram identificadas irregularidades insanáveis, que se projetaram sobre o contrato administrativo celebrado.

Ao tomar conhecimento de vício dessa natureza, que acarretaria a nulidade do contrato celebrado, a autoridade administrativa:

- (A) tem discricionariedade para declarar, ou não, a nulidade do contrato, que sempre produzirá efeitos *ex nunc*;
- (B) deve suspender imediatamente a execução do contrato, por se tratar de vício insanável, sem prejuízo da análise da nulidade;
- (C) deve declarar a nulidade do contrato, estando a Administração exonerada do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data da decisão;
- (D) deve declarar a nulidade do contrato, independentemente de outros aspectos, que sempre operará retroativamente, impedindo a produção de efeitos jurídicos;
- (E) só deve declarar a nulidade se a medida se revelar de interesse público, podendo ser decidido que a nulidade terá eficácia para o futuro, observados os limites legais.

30

O Tribunal de Contas do Estado Beta, cujas atribuições alcançavam não só o Estado como os Municípios, imputou débito, em razão do dano causado ao erário, e aplicou multa a João, servidor público municipal, em razão das irregularidades praticadas enquanto ordenador de despesas no Município X.

Nesse caso, a execução dos créditos, decorrentes da imputação de débito e da multa aplicada a João, de modo a assegurar a plena eficácia da decisão do Tribunal de Contas, deve ser promovida pelo:

- (A) Estado Beta em relação a ambos os créditos;
- (B) Município X em relação a ambos os créditos;
- (C) Ministério Público de Contas em relação a ambos os créditos;
- (D) Município X em relação à imputação de débito e pelo Estado Beta quanto à multa;
- (E) Município X em relação à imputação de débito e pelo Tribunal de Contas quanto à multa.

31

João, ordenador de despesas no âmbito do Estado Beta, teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas desse Estado. Por ocasião do julgamento, foi ressaltada a gravidade dos atos praticados, estando demonstrado que foram causados amplos danos ao Estado Beta.

Nesse caso, à luz da sistemática vigente, o ressarcimento ao erário, tomando por base a referida decisão do Tribunal de Contas, é:

- (A) sempre imprescritível, por imposição constitucional;
- (B) imprescritível, caso seja demonstrado que João enriqueceu ilícitamente;
- (C) prescritível, considerando que o Tribunal, em seu julgamento, não perquire a existência do dolo;
- (D) imprescritível, caso seja demonstrado o ato doloso de improbidade administrativa praticado por João;
- (E) prescritível, pois a imprescritibilidade, por afrontar a segurança jurídica, foi proscrita do direito brasileiro.

32

Após ampla mobilização dos gestores públicos, a Constituição do Estado Alfa veio a ser reformada por iniciativa de deputados estaduais, passando a ser previsto que as decisões do respectivo Tribunal de Contas, que neguem o registro de pessoal, podem vir a ser revistas pela Assembleia Legislativa sempre que destoem da ordem constitucional, federal ou estadual.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional brasileira, a modificação introduzida na Constituição do Estado Alfa está:

- (A) certa, considerando que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (B) certa, considerando que o duplo grau de jurisdição é um princípio geral do direito brasileiro;
- (C) errada, considerando se tratar de atribuição constitucional do Tribunal de Contas, de modo que suas decisões têm caráter impositivo;
- (D) certa, considerando que cabe ao Poder Legislativo ampliar ou restringir as situações em que as decisões do Tribunal de Contas serão definitivas;
- (E) errada, considerando que as situações em que a Assembleia Legislativa pode rever as decisões do Tribunal de Contas estão previstas em lei complementar federal.

Direito Constitucional

33

Apesar dos amplos debates realizados, a Câmara dos Deputados, casa iniciadora, ainda não deliberou a respeito do projeto de lei apresentado pelo deputado federal João, que dispunha sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública. Em razão da relevância da matéria, o presidente da República editou a Medida Provisória nº X, com fundamento nos requisitos de relevância e urgência, disciplinando a temática. Irresignado com o teor deste último diploma normativo, que entendia ser contrário à Constituição da República, o Partido Político Alfa, com representação apenas no Senado Federal, decidiu deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade.

Considerando os termos dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) o projeto de lei proposto por João apresenta vício de iniciativa;
- (B) a referida matéria não poderia ser veiculada em medida provisória;
- (C) a medida provisória não pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade;
- (D) Alfa não tem legitimidade para a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade;
- (E) a medida provisória, não pode ser editada, considerando a pendência de apreciação do projeto de lei apresentado por João.

34

Há pouco mais de seis anos, Maria tinha a posse mansa e pacífica de parte de um imóvel urbano, localizado no Município X, no qual o módulo urbano mínimo fora fixado em 300 m². O imóvel tinha uma área total de 1.000 m² e a parte ocupada por Maria era de 250 m². Como esse era o seu único imóvel, no qual residia com seus filhos e netos, tinha a especial preocupação de continuar no local. Com esse objetivo, procurou um advogado e o questionou sobre ter, ou não, preenchido os requisitos para a aquisição originária da propriedade, da parte que ocupava do imóvel, por meio de usucapião especial, conforme previsão constitucional.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) Maria preencheu os requisitos exigidos, não havendo nenhum óbice ao reconhecimento da usucapião;
- (B) o requisito concernente ao tempo mínimo de posse ininterrupta e sem oposição não foi preenchido;
- (C) o requisito concernente à área máxima do imóvel não foi preenchido, pois a parte ocupada por Maria ultrapassa 200 m²;
- (D) Maria deve requerer a usucapião da integralidade do imóvel, o que lhe será deferido em razão do módulo urbano mínimo fixado no Município X;
- (E) a área ocupada por Maria não atende ao módulo urbano mínimo fixado pelo Município X, o que impede a aquisição originária da propriedade dessa área.

35

Ana, Maria e Joana, estudantes de finanças públicas, debateram a respeito da concepção de sustentabilidade da dívida pública na perspectiva da Constituição da República. Em razão da estrita imbricação entre os referenciais de crescimento da dívida pública e comprometimento futuro dos recursos públicos, com reflexos na efetividade dos direitos sociais, Ana defendia que as normas constitucionais sobre sustentabilidade da dívida têm eficácia plena e aplicabilidade imediata. Maria sustentava que uma das opções do poder reformador foi estabelecer a vedação à alienação de ativos para fins de redução do montante da dívida, de modo que a satisfação de despesas correntes não dilapide o patrimônio público. Joana, por fim, ressaltou que, para assegurar a sustentabilidade da dívida, pode ser vedada a majoração de benefícios estipendiais dos servidores.

Ingrid, chamada a se pronunciar, observou corretamente, em relação às conclusões de Ana, Maria e Joana, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas Joana está certa;
- (C) apenas Maria está certa;
- (D) apenas Ana e Joana estão certas;
- (E) apenas Ana e Maria estão certas.

36

João, estudante de direito, ao realizar uma apresentação a respeito das teorias realistas da interpretação constitucional, além dos possíveis pontos de contato e distanciamento com outras teorias existentes, a exemplo do formalismo, da tópica pura de Theodor Viehweg e da metódica concretista de Friedrich Müller, concluiu, corretamente, que concepções realistas:

- (A) se identificam com a metódica concretista no modo como veem a influência dos valores;
- (B) valorizam a percepção do juiz em relação à realidade fenomênica, o que reduz a sua objetividade;
- (C) podem ser vistas, na perspectiva do formalismo, como exemplo de construções "interpretativistas";
- (D) buscam retratar a realidade imanente, conforme avaliações cognitivas do juiz, o que as torna refratárias aos valores;
- (E) se distanciam da tópica pura em relação à importância que atribuem ao texto constitucional, epicentro da atividade do intérprete.

37

O Estado Alfa, com o objetivo de preservar o equilíbrio de um importante ecossistema existente em seu território, editou a Lei nº X e criou o serviço de controle e preservação ambiental. Além disso, o mesmo diploma normativo inseriu, entre as fontes de custeio desse serviço, taxa correspondente a um percentual da arrecadação das sociedades empresárias que atuam na geração de energia elétrica, realizando o aproveitamento energético dos cursos de água existentes no território de Alfa, atividade considerada potencialmente poluidora.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X é:

- (A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre proteção do meio ambiente;
- (B) constitucional, pois, por se tratar de curso de água pertencente a Alfa, cabe a esse ente legislar sobre a matéria.
- (C) constitucional, considerando a aderência da atividade ao território de Alfa e a competência legislativa concorrente;
- (D) inconstitucional, pois a fixação de taxa em percentual da receita das sociedades empresárias tem efeito de confisco;
- (E) inconstitucional, por se tratar de intervenção indevida do Estado em atividade econômica explorada pela União.

38

O Tribunal de Contas do Estado Sigma apreciou, no corrente exercício, três processos administrativos, concernentes às aposentadorias voluntárias de João, Maria e Joana, que ingressaram em suas dependências, respectivamente, em 2012, 2017 e 2022. Nas três situações, o Tribunal se negou a realizar o registro, por entender que o tempo de contribuição exigido pela ordem jurídica não fora integralmente demonstrado, bem como não acolheu a sugestão, do corpo técnico, de que fossem observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o Tribunal agiu:

- (A) incorretamente em relação a João, Maria e Joana, pois deveria ter observado as referidas garantias;
- (B) corretamente em relação a João, Maria e Joana, considerando a inobservância das referidas garantias;
- (C) corretamente apenas em relação a Maria e Joana, considerando a inobservância das referidas garantias;
- (D) corretamente em relação a Joana, considerando a inobservância das referidas garantias, e quanto a João e Maria, o registro não poderia ser negado;
- (E) corretamente em relação a Joana, considerando a inobservância das referidas garantias, e quanto a João e Maria, a negativa de registro deveria ser antecedida do contraditório e da ampla defesa.

Direito Administrativo

39

Há cerca de dez anos, Garibaldi, servidor público estável, ocupante de cargo efetivo do Estado Delta, em conluio com a sociedade Alfa, praticou condutas ilícitas graves que importaram em grandes prejuízos para os cofres públicos. Tais condutas, a um só tempo, são passíveis de responsabilização nas esferas civil, administrativa e por improbidade administrativa.

Em razão do tempo decorrido, as autoridades competentes, inclusive as vinculadas ao respectivo Tribunal de Contas, estão analisando a questão atinente à prescrição da pretensão de buscar o ressarcimento ao erário, nas respectivas vias, em decorrência de tais fatos.

À luz da orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema com relação às mencionadas esferas de responsabilização, é correto afirmar que:

- (A) qualquer pretensão que verse sobre o ressarcimento ao erário é imprescritível;
- (B) somente a pretensão relacionada ao ressarcimento ao erário por ato de improbidade doloso é considerada imprescritível;
- (C) apenas a apuração administrativa levada a efeito em sede de controle externo pelo Tribunal de Contas pode ser considerada imprescritível;
- (D) nenhuma pretensão pode ser considerada imprescritível, diante dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal;
- (E) a pretensão de ressarcimento ao erário relacionada a ilícito civil é prescritível, mas não a que seja fundada em decisão do Tribunal de Contas nem aquela relacionada à ação de improbidade.

40

As autoridades competentes do Estado da Bahia visam a estabelecer uma parceria da Administração Pública com organização da sociedade civil para alcançar finalidade de interesse público, que não envolverá a transferência de recursos financeiros, atinente à promoção da saúde e segurança alimentar das crianças nas respectivas escolas públicas.

Considerando os instrumentos para a formalização de vínculos com o terceiro setor, aquele pretendido na situação descrita é designado:

- (A) termo de colaboração;
- (B) contrato de gestão;
- (C) termo de parceria;
- (D) acordo de cooperação;
- (E) termo de fomento.

41

Lucas e José são amigos de longa data e, após anos de estudos, foram aprovados em concursos públicos para cargos de auditor de Tribunais de Contas de Estados distintos.

Antes mesmo de tomarem posse, eles estavam debatendo sobre o papel de tais órgãos no âmbito da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), concluindo corretamente que:

- (A) as Cortes de Contas integram a segunda linha de defesa, no âmbito das práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo das contratações públicas;
- (B) eventual irregularidade em edital de licitação na aplicação da Lei poderá ser impugnada perante as respectivas Cortes de Contas apenas por licitantes e contratados;
- (C) todos os contratos administrativos devem ser submetidos à prévia aprovação das Cortes de Contas para que tenham validade;
- (D) a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, diante de sua gravidade incumbe exclusivamente às Cortes de Contas;
- (E) as Cortes de Contas devem ser comunicadas de alteração da ordem cronológica de pagamentos dos contratos por autoridade competente, mediante a prévia e devida justificativa para tanto.

42

Ao analisar a juridicidade de uma série de atos administrativos sancionatórios, certo órgão de controle interno do Estado da Bahia observou que, em alguns casos, a motivação foi realizada de forma genérica e, em outros, consistia em concordância com fundamento de anterior parecer. Apurou-se que os respectivos motivos eram existentes, verdadeiros e congruentes com a penalidade aplicada. O apontado vício de motivação fez com que alguns particulares impugnassem a legalidade do ato perante a Administração por meio de processo administrativo para a sua invalidação.

Considerando o disposto na Lei estadual nº 12.209/2011 (Lei do Processo Administrativo Estadual da Bahia), é correto afirmar que, na situação descrita, o poder público:

- (A) não deve anular os atos nos casos em que a motivação decorreu de concordância com fundamentos de anterior parecer, que passa a ser parte integrante do ato;
- (B) deve anular todos os atos sancionatórios motivados na forma descrita, pois dos atos nulos não se originam direitos;
- (C) deve convalidar o vício do elemento motivo apurado, que é um consectário lógico dos defeitos atinentes à motivação;
- (D) deve convalidar todos os referidos atos viciados, mesmo que a legalidade tenha sido objeto de impugnação perante a Administração;
- (E) não pode convalidar vício da motivação, na medida em que só podem ser considerados sanáveis os vícios de competência e forma.

43

Em decorrência das vicissitudes inerentes à relação contratual, a sociedade Divina, concessionária de determinado serviço público, remunerado exclusivamente por tarifa, formalizada após o devido procedimento licitatório, está analisando a viabilidade de adotar uma das seguintes medidas:

- I) realizar a subconcessão de parcela de sua atividade;
- II) promover a transferência de seu controle acionário.

Acerca da situação descrita, à luz do disposto na Lei nº 8.987/1995 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) em decorrência do caráter personalíssimo dos contratos administrativos, não é possível promover nenhuma das duas medidas aventadas sem a realização de licitação prévia que viabilize as respectivas formalizações;
- (B) diante da viabilidade de terceirização de atividades inerentes ao serviço concedido, é cabível, por conseguinte, a subconcessão sem necessidade de autorização ou de nova licitação, sendo que o procedimento licitatório prévio é imprescindível para a transferência;
- (C) apenas na hipótese de subconcessão há necessidade de previsão contratual, autorização do Poder Concedente e nova licitação, pois, na hipótese de transferência de controle acionário, não é necessária sequer a anuência da Administração diante da dinâmica do mercado;
- (D) por se tratar de matéria atinente à gestão de seus negócios, ambas as medidas podem ser adotadas a critério da concessionária, de modo que não dependam de autorização do Poder Concedente nem da realização de nova licitação em qualquer dos casos;
- (E) considerando que a subconcessão depende de previsão contratual, autorização e licitação prévia, enquanto a transferência depende da anuência do Poder Concedente, nos termos da lei, sem que haja necessidade de nova licitação as medidas analisadas não podem ser confundidas.

44

As gêmeas Clarice e Constância foram aprovadas em concurso público para cargo efetivo de nível superior do Estado da Bahia, no qual alcançaram a estabilidade. No exercício das respectivas atribuições, cada uma delas violou dever funcional distinto. Clarice reincidiu em falta punível com advertência, enquanto Constância procedeu de forma desidiosa.

Após o devido processo administrativo disciplinar em cada caso, foi aplicada a penalidade de suspensão por trinta dias para Clarice e de demissão para Constância. As duas estão profundamente preocupadas com a adequação das sanções, bem como com os respectivos registros funcionais e efeitos das mencionadas penalidades, notadamente porque estavam decididas a estudar para o concurso de auditor estadual de controle externo do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação dos Tribunais Superiores e do disposto na Lei estadual nº 6.677/1994 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia), é correto afirmar que:

- (A) o registro da penalidade de suspensão aplicada a Clarice deve ser cancelado, após o transcurso do prazo de dois anos;
- (B) a demissão de Constância não pode incompatibilizar a sua investidura em outro cargo para o qual tenha sido aprovada em concurso indefinidamente;
- (C) a penalidade aplicada a Constância não se revela proporcional, pois a conduta descrita não pode dar ensejo à demissão;
- (D) a reincidência em falta punível com advertência deveria ter ensejado a demissão de Clarice e não a sua suspensão na forma determinada;
- (E) nenhuma das gêmeas, em razão das penalidades aplicadas, poderá ser investida em outro cargo do Estado da Bahia, a qualquer tempo, ainda que venham a ser aprovadas em concurso público.

Administração Financeira e Orçamentária

45

Em seu primeiro ano de mandato, o prefeito municipal definiu algumas orientações para a equipe de planejamento orçamentário do Município. Um dessas orientações tinha o objetivo de dar maior transparência aos atos de gestão e previa que a Lei Orçamentária deveria conter as diretrizes para acompanhamento, controle e prestação de contas ao final do exercício financeiro seguinte.

Essa orientação do prefeito municipal está em desacordo com o princípio da:

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) publicidade;
- (D) totalidade;
- (E) universalidade.

46

O processo de elaboração do projeto de lei orçamentária anual (PLOA) requer a disponibilidade de informações necessárias para a realização de análises e a inclusão de conteúdos previstos no texto constitucional.

A disponibilidade de tais informações deve permitir que, no PLOA, o ente demonstre de forma regionalizada:

- (A) a aplicação de receitas em investimentos e inversões financeiras;
- (B) a aplicação de recursos em custeio e manutenção;
- (C) a apuração dos resultados das metas fiscais;
- (D) o efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente da concessão de renúncia de receita;
- (E) o impacto das despesas obrigatórias em saúde e educação.

47

Considere o trecho a seguir, que ilustra com dados fictícios um decreto de abertura de um crédito adicional:

“Decreto nº 9.100/2022

O Governador do Estado da Bahia, usando de suas atribuições legais, e com base no art. 13 da Lei nº 14.446/2022, de 11/01/2022, DECRETA:

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional [...] no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) no orçamento vigente na dotação orçamentária constante do Anexo I, no item relativo a Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 2º. Os recursos necessários para cobertura da programação de despesa constante no artigo anterior são provenientes do superávit financeiro do exercício de 2021 com valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salvador, Bahia, em 10 de setembro de 2022

Governador do Estado”

À luz dos normativos aplicáveis, o crédito adicional ilustrado:

- (A) deveria ser aberto com recursos decorrentes de anulação de dotação orçamentária;
- (B) não promove aumento no montante de despesa inicialmente fixado;
- (C) não poderá ter seu saldo a empenhar reaberto no exercício seguinte;
- (D) requer situação emergencial e imprevista para sua abertura;
- (E) se refere a emendas parlamentares apresentadas ao projeto de lei orçamentária.

48

Um parlamentar planeja apresentar uma emenda ao projeto de lei orçamentária anual da União para enviar recursos ao seu Estado de origem, porém precisa garantir que os recursos sejam aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

Nesse caso, a emenda deve ser do tipo:

- (A) especial;
- (B) de bancada;
- (C) de comissão;
- (D) suplementar;
- (E) com finalidade definida.

49

Ao analisar o relatório resumido da execução orçamentária do quarto bimestre do exercício financeiro de um Estado da federação, um analista orçamentário verificou que havia risco de que a realização da receita poderia não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

Antes de informar sobre esses riscos ao governador, o analista teve o cuidado de constatar os critérios e a forma de limitação de empenho aplicáveis a essa situação no(a):

- (A) Anexo de Riscos Fiscais;
- (B) Decreto de Programação Financeira;
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Relatório de Gestão Fiscal.

50

Na classificação consolidada das despesas por função de um Estado da federação, as despesas para custeio e manutenção das atividades e competências legais do Tribunal de Contas do Estado deverão ser enquadradas, respectivamente, nas seguintes função e subfunção:

- (A) 01 – Legislativa; 031 – Ação Legislativa;
- (B) 01 – Legislativa; 032 – Controle Externo;
- (C) 28 – Encargos Especiais; 124 – Controle Interno;
- (D) 04 – Administração; 062 – Defesa do Interesse Público;
- (E) 04 – Administração; 125 – Normatização e Fiscalização.

51

O controle das disponibilidades financeiras por fonte ou destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários.

Em se tratando do controle por fonte ou destinação de recursos (FR) de valores extraorçamentários:

- (A) a alteração na identificação do exercício aos quais se referem se dá quando da sua execução;
- (B) a FR estará associada às contas de controle orçamentário (classe 6 do PCASP);
- (C) devem ter a FR alterada quando aplicados na cobertura de despesas de exercícios anteriores;
- (D) é necessária autorização legislativa para se promover a alteração na FR;
- (E) estes estarão sempre associados à identificação de que o recurso é do exercício atual.

Auditoria Governamental

52

Durante um trabalho de auditoria que foi adequadamente planejado, o executivo chefe de auditoria concluiu que a administração da entidade auditada aceitara um nível de risco que não deveria ter aceitado, em decorrência dos potenciais impactos negativos para a organização. Apesar de ter discutido o assunto com a alta administração da entidade auditada, o executivo chefe de auditoria avaliou que a questão não tinha sido resolvida.

Nessa situação, as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna orientam que o executivo chefe de auditoria deve:

- (A) alterar o escopo do trabalho de auditoria;
- (B) comunicar a questão ao conselho (mais alto nível de corpo diretivo da entidade);
- (C) realizar avaliações adicionais quanto aos riscos a que a entidade está exposta;
- (D) recomendar um relatório com ressalvas quanto ao risco identificado;
- (E) sugerir a emissão de um relatório com abstenção de opinião.

53

O novo modelo das Três Linhas do *The Institute of Internal Auditors (The IIA)* estabelece que o órgão de governança, a gestão e a auditoria interna têm responsabilidades distintas, mas todas as atividades precisam estar alinhadas com os objetivos da organização. No modelo são definidas diretrizes básicas de relacionamento entre os papéis de cada linha.

No contexto desse modelo, quando se fala do relacionamento entre o órgão de governança e a auditoria interna, entende-se que o papel do primeiro em relação à segunda é bem definido por atividades ligadas a:

- (A) assessoria;
- (B) delegação;
- (C) subordinação;
- (D) supervisão;
- (E) suporte.

54

Risco de auditoria é o risco de que o relatório de auditoria seja inapropriado.

De acordo com os Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (NBASP 100), este risco deve ser gerenciado:

- (A) após a obtenção de evidências suficientes para emitir uma opinião;
- (B) exclusivamente quando o auditor puder emitir um relatório com opinião não modificada;
- (C) independentemente das circunstâncias da auditoria;
- (D) tanto no nível de asseguarção razoável quanto no limitado;
- (E) tão somente nos casos em que for definido no escopo do trabalho.

55

Na execução de uma auditoria operacional, um auditor lança mão de critérios de auditoria, que são as referências usadas para avaliar o objeto.

A NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional dispõe que esses critérios:

- (A) devem ser baseados em padrões sólidos e não em expectativas ou projeções;
- (B) devem ser previamente definidos, sob pena de comprometer o escopo do trabalho;
- (C) independem dos princípios de economicidade, eficiência e efetividade;
- (D) não devem ser alterados no decorrer de um trabalho de auditoria;
- (E) nem sempre estão prontamente disponíveis para o auditor.

56

Ao concluir o mapeamento de um macroprocesso em uma entidade pública, o gestor responsável considerou que seria adequado realizar uma auditoria de conformidade combinada com uma auditoria operacional.

Ao propor a realização desse tipo de trabalho, é necessário atentar que:

- (A) a conformidade suplanta os aspectos de economicidade, eficiência e efetividade;
- (B) a não conformidade pode ser a causa do estado das atividades que são objeto da auditoria operacional;
- (C) o foco deve ser direcionado à perspectiva do desempenho;
- (D) deve ser separado de auditorias de demonstrações financeiras;
- (E) não deve ser conduzido de maneira sistemática ou *ad hoc*.

57

A obtenção e o tratamento de dados e informações são cruciais para o sucesso de uma auditoria e não devem ser realizados sem o uso de técnicas apropriadas. Nesse contexto, durante um trabalho de auditoria, um auditor foi requisitado para analisar um conjunto de documentos e verificar a sua autenticidade e as bases e a metodologia de sua elaboração.

Na busca de evidências documentais nesse trabalho, o auditor deve:

- (A) focar em documentos elaborados internamente pela entidade auditada;
- (B) priorizar a realização de testes de detalhes nos documentos;
- (C) restringir a amostra de documentos a serem analisados de acordo com o tempo disponível da auditoria;
- (D) revisar analiticamente o fluxo de informações inseridas no documento;
- (E) solicitar indagação escrita dos responsáveis pela elaboração do conjunto de documentos.

58

Nas atividades de auditoria realizadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, é necessário dar a devida atenção à Garantia da Qualidade, considerada um processo de avaliação que deve:

- (A) abranger o exame de uma amostra não probabilística de auditorias concluídas;
- (B) seguir critérios aprovados por consenso entre os conselheiros titulares;
- (C) ser conduzida por pessoas com vivência no processo de auditoria avaliado;
- (D) ser conduzida por um comitê com participação dos entes jurisdicionados;
- (E) ter foco em auditorias que visem assegurar a conformidade dos atos dos agentes públicos.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

59

Ao fazer o registro contábil de um passivo, a exemplo da contratação de uma operação de crédito, é comum a adoção do custo histórico como base para reconhecimento inicial.

Ao tratar da mensuração de passivos, a NBC TSP Estrutura Conceitual dispõe que, quando o valor temporal do passivo for material, por exemplo, quando o prazo de vencimento for significativo, a entidade deve:

- (A) adotar o custo de liberação ou o preço presumido, conforme critério de relevância;
- (B) aplicar a base do custo de cumprimento da obrigação;
- (C) apresentar o respectivo valor de mercado, como informação adicional em notas explicativas;
- (D) apurar o valor total a ser desembolsado no reconhecimento inicial;
- (E) evidenciar o montante do pagamento futuro descontado.

60

O Balanço Orçamentário é uma demonstração obrigatória na prestação anual de contas dos entes públicos e também é um dos anexos do relatório resumido de execução orçamentária, de publicação bimestral.

Na estrutura proposta para essa demonstração no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o cancelamento de uma despesa empenhada e ainda não realizada no final do terceiro bimestre de um exercício financeiro:

- (A) altera somente o montante da despesa empenhada no período;
- (B) deve impactar a inscrição de restos a pagar não processados;
- (C) deve ser considerado somente no fechamento do respectivo exercício financeiro;
- (D) impacta os montantes da dotação atualizada e da despesa empenhada no período;
- (E) implica aumento da disponibilidade financeira no período.

61

Na estrutura de apresentação do Balanço Patrimonial disposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o pagamento de um dispêndio extraorçamentário, a exemplo de valores de terceiros de que o ente público for fiel depositário:

- (A) deve ser divulgado somente em notas explicativas, se relevante;
- (B) não afeta itens do balanço, por não ter impacto patrimonial;
- (C) reduz o saldo do passivo circulante no período de apuração;
- (D) representa fluxo de caixa de atividades de financiamento;
- (E) tem registros circunscritos às contas de natureza de controle.

62

Uma entidade pública adota a política de reavaliação de ativos, conforme disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Ao final de um dado exercício, a entidade detinha um ativo cujo valor da depreciação anual incidente sobre o ativo reavaliado era de R\$ 230,00. Caso não tivesse passado pelo processo de reavaliação, a depreciação incidente sobre o ativo, com base em seu custo histórico, seria no valor de R\$ 160,00.

A partir dessas informações, os registros contábeis da entidade devem evidenciar um(a):

- (A) acréscimo de R\$ 70,00 nas despesas independentes da execução orçamentária;
- (B) acréscimo na depreciação acumulada de R\$ 160,00;
- (C) redução na reserva de reavaliação de R\$ 70,00;
- (D) variação na reserva de reavaliação de R\$ 230,00;
- (E) variação patrimonial diminutiva de R\$ 230,00.

63

À luz das regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCAS), o lançamento contábil da redução ao valor recuperável de um ativo:

- (A) depende da forma de apuração do valor recuperável do ativo;
- (B) depende se a entidade adota o modelo de custo ou o de reavaliação;
- (C) depende se se refere a um ativo gerador de caixa ou não;
- (D) envolve contas do sistema financeiro e patrimonial;
- (E) envolve unicamente contas de natureza patrimonial.

64

O quadro a seguir ilustra a estrutura de apresentação do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL), anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), de um Estado da federação para o período de março/2022 a fevereiro/2023.

Especificação	Evolução da receita realizada nos últimos 12 meses					
	mar/22	abr/22	...	jan/23	fev/23	Total
Receitas Correntes						
.						
.						
.						
Deduções						
.						
.						
.						
RCL						

No quadro ilustrado, foi omitida a apresentação de uma última coluna, que deveria trazer o valor:

- (A) da apuração no exercício anterior, para fins comparativos;
- (B) da previsão atualizada de seu desempenho até o final do exercício;
- (C) da variação entre os valores previstos e realizados no período de apuração;
- (D) do impacto da RCL na apuração do resultado primário;
- (E) do saldo a realizar até o final do exercício de referência.

65

A consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo de forma adequada é possível graças a um mecanismo criado pelo PCASP para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação.

Uma operação em que o ativo, o passivo, a VPA e a VPD deverão ser incluídos na consolidação do ente e excluídos na consolidação nacional refere-se à:

- (A) contribuição patronal de um Estado da federação ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- (B) contribuição patronal de um Estado da federação para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- (C) doação de bem imóvel a um Estado da federação pela União;
- (D) prestação de serviços a um Estado da federação por empresa privada;
- (E) transferência de bem imóvel pela Secretaria de Fazenda à Assembleia Legislativa do mesmo Estado.

Contabilidade Geral e Societária

66

Uma empresa comercial foi constituída em 1º de janeiro de 2023 e apresentou as seguintes informações em 31/12/2023:

Balanco Patrimonial em 31/12/2023

Ativo	Valor
Ativo Circulante	R\$ 85.000
Caixa e Equivalentes de caixa	R\$ 49.000
Contas a Receber	R\$ 36.000
Passivo	Valor
Passivo Circulante	R\$ 5.000
Contas a Pagar	R\$ 5.000
Passivo Não Circulante	0
Patrimônio Líquido (PL)	R\$ 80.000
Capital Social	R\$ 60.000
Reserva de Lucros	R\$ 20.000
Total do Passivo e PL	R\$ 85.000

Demonstração de Resultados	2023
Receitas	R\$ 125.000
Despesas operacionais	R\$ 85.000
Lucro antes dos impostos	R\$ 40.000
Impostos	R\$ 6.000
Lucro Líquido	R\$ 34.000

Considerando-se as informações apresentadas e que a empresa destinou e pagou R\$ 14.000 em dividendos, considerados custos da obtenção de recursos financeiros, em dividendos em 31/12/2023, a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto divulgará um fluxo de caixa das atividades operacionais de:

- (A) R\$ 3.000, um fluxo de caixa de investimentos de R\$ 14.000 e de financiamento de R\$ 60.000;
- (B) R\$ 65.000 e um fluxo de caixa das atividades de financiamento de R\$ 46.000;
- (C) R\$ 41.000 e um fluxo de caixa das atividades de financiamento de R\$ 60.000;
- (D) R\$ 3.000 e um fluxo de caixa das atividades de financiamento de R\$ 46.000;
- (E) R\$ 65.000 e um fluxo de caixa de investimentos de R\$ 46.000.

67

Uma empresa comercial adquiriu três ativos financeiros para receber o principal e juros. O modelo de negócios de gestão dos ativos financeiros objetiva receber os fluxos de caixa contratuais. Observe as seguintes descrições:

Descrição	Custo amortizado	Valor Justo	Ganhos (perdas) não realizados
Ativo financeiro 1	R\$ 43.860	R\$ 51.500	R\$ 7.640
Ativo financeiro 2	R\$ 184.230	R\$ 175.200	(R\$ 9.030)
Ativo financeiro 3	R\$ 86.360	R\$ 91.500	R\$ 5.140

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve:

- (A) contabilizar um ganho de R\$ 3.750 no resultado;
- (B) contabilizar uma perda de R\$ 9.030 no resultado;
- (C) mensurar no Balanço Patrimonial um total de R\$ 314.450 em ativos financeiros ao custo amortizado;
- (D) avaliar os ativos financeiros a valor justo com um ganho de R\$ 3.750 em outros resultados abrangentes;
- (E) mensurar no Balanço Patrimonial um total de R\$ 318.200 em ativos financeiros a valor justo.

68

Em 12 de dezembro de 2023, uma empresa decide encerrar uma divisão que fabricava painéis solares. Em 20 de dezembro de 2023, foi finalizado o plano detalhado de encerramento da divisão. Cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurarem uma fonte alternativa de fornecimento e avisos de rescisão foram enviados ao pessoal da divisão.

A empresa estima que terá 675 mil reais em gastos, detalhados em:

Descrição	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	R\$ 50.000
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	R\$ 250.000
Novo treinamento de funcionários	Possível	R\$ 25.000
Marketing	Possível	R\$ 50.000
Investimento em novos sistemas e redes de distribuição	Provável	R\$ 300.000

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um montante de provisões de reestruturação de:

- (A) R\$ 25.000;
- (B) R\$ 75.000;
- (C) R\$ 300.000;
- (D) R\$ 600.000;
- (E) R\$ 675.000.

69

Uma empresa varejista de eletrônicos compra computadores de um fabricante e os armazena em depósitos antes de serem entregues em suas diversas lojas. A empresa então transfere esses computadores entre armazéns internos, gastando R\$ 100.000. Ainda, após transportá-los até uma de suas lojas, acabou incorrendo em mais uma transferência entre lojas no valor de R\$ 20.000.

Considerando-se as informações apresentadas, os custos dos estoques:

- (A) se manterão, independentemente dos gastos apresentados;
- (B) aumentarão em R\$ 20.000 e as despesas aumentarão em R\$ 100.000;
- (C) reduzirão em R\$ 100.000 e as despesas aumentarão em R\$ 20.000;
- (D) aumentarão em R\$ 120.000;
- (E) aumentarão em R\$ 100.000 e as despesas aumentarão em R\$ 20.000.

70

Uma empresa violou um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo. Ao término do período de reporte, observou que seu índice de endividamento superou o determinado no contrato, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor.

Nesse sentido, segundo os preceitos do CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, o passivo deve:

- (A) seguir o pressuposto da descontinuidade de suas atividades, juntamente com as bases das demonstrações contábeis por meio do regime de caixa;
- (B) ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da autorização de emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do *covenant*;
- (C) ser baixado, pois se tornou vencido e pagável à ordem do credor, e o custo deve ser alocado de maneira sistemática aos exercícios futuros;
- (D) ser classificado como não circulante e os juros relativos às parcelas das dívidas devem ser separados e reconhecidos no curto prazo;
- (E) ser classificado como circulante se o credor tiver concordado, até a data do balanço, em proporcionar uma dilação de prazo, a terminar pelo menos doze meses após a data do balanço, com opção de retificar a quebra de *covenant*, e o credor não puder exigir dívida.

Engenharia

71

Com relação às áreas de acessibilidade definidas na ABNT NBR 9050:2020, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() Área de aproximação é o espaço sem obstáculos, destinado a garantir manobra, deslocamento e aproximação de todas as pessoas, para utilização de mobiliário ou elemento com autonomia e segurança.

() Área de circulação é o espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas.

() Área de parada é a área adjacente e interligada às áreas de circulação interna ou externa às edificações, destinada aos usuários que necessitem de paradas temporárias para posterior continuação do trajeto.

A sequência correta é:

- (A) V; V; V;
- (B) F; F; F;
- (C) F; V; V;
- (D) V; V; F;
- (E) V; F; V.

72

Determinado empreendimento possui um investimento inicial de R\$ 13.000,00 e uma previsão de retorno nos três anos seguintes de R\$ 5.500,00; R\$ 6.050,00 e R\$ 6.655,00, respectivamente.

Se a Taxa Mínima de Atratividade for de 10%, o Valor Presente Líquido do empreendimento será de aproximadamente:

- (A) R\$ 1.000,00;
- (B) R\$ 1.500,00;
- (C) R\$ 2.000,00;
- (D) R\$ 2.500,00;
- (E) R\$ 3.000,00.

73

Um determinado equipamento possui as seguintes parcelas de seu custo horário:

- a. Depreciação horária: R\$ 20,00;
- b. Custo horário dos juros da oportunidade de capital: R\$ 2,00;
- c. Custo horário de manutenção: R\$ 35,00;
- d. Custo horário de combustíveis, lubrificantes, filtros e graxas: R\$ 105,00;
- e. Custo horário com mão de obra de operação: R\$ 6,00; e
- f. Custo horário com seguros e impostos: R\$ 5,00.

De acordo com a metodologia de custos de infraestrutura de transporte do DNIT, o custo horário produtivo e o custo horário improdutivo desse equipamento serão, respectivamente, de:

- (A) R\$ 166,00 e R\$ 13,00;
- (B) R\$ 166,00 e R\$ 33,00;
- (C) R\$ 173,00 e R\$ 13,00;
- (D) R\$ 173,00 e R\$ 25,00;
- (E) R\$ 173,00 e R\$ 33,00.

74

Uma determinada obra em concreto armado utiliza o seguinte traço em peso do concreto: 1:2:3:0,4. Sabe-se que o consumo de cimento desse concreto é de 300 kg/m³ e que toda a areia que será recebida na obra possui uma umidade de 2%.

Então, para produzir 2 m³ de concreto, o peso de areia úmida e a quantidade de água adicional a ser utilizados deverão ser, respectivamente, de:

- (A) 1200 kg e 0,240 m³;
- (B) 1224 kg e 0,216 m³;
- (C) 1224 kg e 0,240 m³;
- (D) 1800 kg e 0,240 m³;
- (E) 1836 kg e 0,204 m³.

75

Para executar um serviço de assentamento de telhas de PVC rígido com inclinação de 27% em cobertura são utilizados pedreiro telhadista e ajudante de telhadista, trabalhando 8 horas por dia, com índices de uso horário, respectivamente, de 0,25 h/m² e 0,50 h/m².

Uma vez que serão utilizados 3 pedreiros e 6 serventes, a duração do trabalho para executar 1.200 m² será de:

- (A) 5,0 dias;
- (B) 7,5 dias;
- (C) 10,0 dias;
- (D) 12,5 dias;
- (E) 15,0 dias.

76

A Lei nº 9.433/1997 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Esse instrumento legal definiu ainda fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação.

Apresenta uma diretriz geral de ação da Lei nº 9.433/1997:

- (A) prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;
- (B) adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do país;
- (C) incentivo e promoção da captação, da preservação e do aproveitamento de águas pluviais;
- (D) considerar a água como um bem de domínio público e como um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- (E) assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

77

Para executar 1 m² de impermeabilização com manta asfáltica, classe B, estruturada com poliéster não tecido, face exposta em alumínio, tipo II, espessura e = 4mm; um engenheiro apropriou os seguintes consumos de material e mão de obra:

- 1,15 m² de manta asfáltica com polímeros e elastômeros, classe B, poliéster não tecido, face exposta em alumínio, tipo II, e = 4mm;
- 0,26 kg de gás;
- 0,4 L de primer, emulsão asfáltica à base de água, para colagem de mantas;
- 0,4 h de pedreiro aplicador de impermeabilização; e
- 0,8 h de ajudante de aplicador de impermeabilização.

Os custos desses insumos, incluindo os encargos sociais de mão de obra, são:

Item	Custo
Gás	R\$ 6,50 / kg
Manta	R\$ 37,00 / m ²
Primer	R\$ 7,80 / L
Ajudante aplicador	R\$ 18,50 / h
Pedreiro aplicador	R\$ 23,20 / h

Se o BDI por decisão do empreiteiro será nulo, o custo unitário total desse serviço, incluindo materiais e mão de obra, é:

- (A) R\$ 36,20;
- (B) R\$ 54,50;
- (C) R\$ 71,44;
- (D) R\$ 73,72;
- (E) R\$ 85,12.

78

O Manual de Pavimentação do DNIT é uma referência técnica nacional para o projeto de pavimentos.

De acordo com esse instrumento normativo, os pavimentos podem ser classificados ou tipificados em rígido, semirrígido ou flexível.

Apresenta um exemplo de pavimento semirrígido:

- (A) laje de concreto de cimento Portland;
- (B) base de brita graduada revestida por uma camada asfáltica;
- (C) camada de solo-cimento revestida por uma camada asfáltica;
- (D) base de solo pedregulhoso revestida por uma camada asfáltica;
- (E) base de brita graduada revestida por concreto compactado a rolo (CCR).

79

O método do payback simples (PBS) é um método de avaliação financeira de um empreendimento que, a partir do capital inicial e do fluxo de caixa previsto, mede o prazo necessário para recuperar o investimento realizado nessa obra. Dessa forma, ele não considera a desvalorização do dinheiro no tempo.

Um investidor está interessado em aportar R\$ 800.000,00 em um empreendimento que apresenta o fluxo de caixa mostrado na tabela. No quadro a seguir, o investimento está entre parênteses e os retornos na sequência:

Anos	Capitais
0	(R\$ 800.000,00)
1	R\$ 150.000,00
2	R\$ 200.000,00
3	R\$ 170.000,00
4	R\$ 130.000,00
5	R\$ 200.000,00
6	R\$ 210.000,00

Para esse empreendimento ser aceito pelo investidor, uma vez que ele não pretende ter prejuízo, sua expectativa é de ter, no mínimo, um PBS menor que:

- (A) 2,68 anos;
- (B) 3,83 anos;
- (C) 3,95 anos;
- (D) 4,28 anos;
- (E) 4,75 anos.

80

A Resolução Conama nº 01/86 estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Segundo esse instrumento legal, uma das atividades técnicas mínimas do estudo de impacto ambiental é o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto. É realizada a completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando os diversos componentes do meio ambiente.

No diagnóstico ambiental do meio físico considera(m)-se:

- (A) as espécies raras e ameaçadas de extinção;
- (B) o regime hidrológico e as correntes marinhas e atmosféricas;
- (C) o uso e a ocupação do solo e os usos da água;
- (D) as relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais;
- (E) o mapeamento das populações terrestres e aquáticas.

Questão Discursiva 1

Em diligências realizadas com vistas a analisar a validade de mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de diversos contratos formalizados por certa autarquia estadual, após o devido procedimento licitatório, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, foram verificadas as situações a seguir narradas, em que houve a negativa da Administração de promover o aumento dos valores pleiteados pelos respectivos contratados, com base nas razões indicadas. Discorra objetiva e fundamentadamente sobre cada uma delas.

a) requerimento de reajustamento de preços relacionado a contrato de prestação de serviços contínuos, com predominância de mão de obra, mediante demonstração da variação analítica dos custos decorrentes de dissídio coletivo da respectiva categoria, efetuado mais de treze meses depois da apresentação da proposta, sob o fundamento de que não houve o transcurso do interregno mínimo de um ano da formalização do contrato;

b) pretensão de revisão para obter o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão do advento de determinada álea, mediante a alegação de que tal episódio ocorreu nas condições em que o risco foi assumido pelo contratado no respectivo contrato e na matriz de risco devidamente formalizados;

c) pedido de restauração da equação econômico-financeira, diante do aumento de tributos decorrente de legislação federal, com comprovada repercussão no contrato, sob a argumentação de que tal fato não pode ser considerado imprevisível, tampouco de efeito incalculável.

Valor: 15 pontos

Máximo de 20 linhas.

Questão Discursiva 2

Desde o início da vigência da Lei Complementar nº 101/2000, uma série de mecanismos têm sido incorporados à gestão dos entes públicos com o objetivo de promover maior responsabilidade e equilíbrio fiscal. Entre regras, metas, limites e relatórios periódicos destacam-se os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais que acompanham anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias dos entes federativos. Suponha que você é um servidor designado para preparar uma apresentação objetiva sobre esses dois anexos para esclarecer os deputados da Assembleia Legislativa do Estado. Elabore um texto que será a base da apresentação, em que explique os seguintes pontos:

Item a)

- metas anuais referentes às receitas e às despesas, resultado nominal e primário e dívida pública;
- avaliação do cumprimento de metas dos exercícios anteriores;
- demonstrativo das metas anuais com metodologia de cálculo;
- evolução do PL;

- avaliação da situação financeira e atuarial;
- demonstrativo da compensação da renúncia de receita.

Item b)

- passivos contingentes;
- outros riscos capazes de afetar as contas públicas;
- providências a serem tomadas caso os riscos se concretizem;
- exemplo de risco e providências adotadas.

Item c)

- Relatório de Gestão Fiscal;
- audiências públicas quadrimestrais.

Valor: 15 pontos

Máximo de 20 linhas.

Rascunho

Questão 1 - Discursiva

1

5

10

15

20

Questão 2 - Discursiva

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

